

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO SEGREDO ESTATÍSTICO

Capítulo I Disposições gerais

Artº 1º (Noção)

1. O segredo estatístico consiste no dever que impende sobre o pessoal ao serviço do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, no âmbito da competência delegada pelo Despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Justiça de 19 de Novembro de 1992, de guardar reserva em relação à informação estatística de carácter individual relativa a pessoas singulares ou colectivas por si recolhida, tratada e divulgada.

2. O dever de sigilo em relação às referidas informações implica que:

a) Não podem ser discriminadamente insertas em quaisquer publicações ou fornecidas a quaisquer pessoas ou entidades, nem delas pode ser passada certidão;

b) Constituem segredo profissional para todos os funcionários que delas tomem conhecimento;

c) Nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame.

Artº 2º (Âmbito de aplicação)

1. Estão abrangidas pelo segredo estatístico todas as informações estatísticas de carácter individual relativas a pessoas

singulares ou colectivas, com excepção das informações sobre a Administração Pública que só estão sujeitas a sigilo se existir disposição legal a prescrever desse modo.

2. Exceptua-se da proibição prevista no número anterior, a divulgação de informações da mesma natureza relativas a cooperativas, empresas públicas e privadas, instituições de crédito e outros agentes económicos, desde que se mostre cumprido o nº 5 do artigo 5º da Lei nº 6/89, de 15 de Abril.

3. Não podem ser divulgadas, em circunstância alguma, as informações individuais sobre pessoas singulares.

Capítulo II

Da defesa do segredo

Secção I

Eficácia interna

Artº 3º

(Dever de sigilo)

1. Todos os funcionários ao serviço do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça que, directa ou indirectamente, no exercício das suas funções ou por causa delas, tenham ou possam ter acesso a informações cobertas pelo segredo estatístico ficam obrigados a manter sigilo rigoroso e absoluto sobre elas, sob pena de aplicação de sanção disciplinar, coima ou pena criminal.

2. Considera-se funcionário toda a pessoa assim qualificada para efeitos de aplicação da lei penal substantiva.

Artº 4º**(Divulgação das regras relativas ao segredo)**

1. Com vista a garantir o conhecimento do conteúdo e extensão do segredo estatístico, bem como das consequências da sua violação, o Gabinete de Estudos e Planeamento divulga pelos funcionários referidos no nº 1 do artigo 3º os princípios e regras a ele relativos, nomeadamente a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, as deliberações do Conselho Superior de Estatística que consubstanciem normas sobre a sua aplicação ou outros documentos considerados pertinentes ou se revelem necessários à boa compreensão da obrigação de segredo.

2. Os documentos referidos no número anterior, bem como o presente regulamento, são entregues ao funcionário ou agente no dia em que inicie as suas funções.

Secção II**Eficácia externa****Artº 5º****(Relações contratuais)**

1. Os contratos e demais documentos que consubstanciem uma relação de prestação de serviços, conexas com a actividade estatística, entre o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça e pessoas ou entidades que lhe sejam estranhas incluem obrigatoriamente cláusula destinada a garantir a observância do segredo estatístico e a confidencialidade da informação, durante a sua vigência e após a sua extinção, sem prejuízo da adopção das medidas previstas no artigo 9º do presente regulamento.

2. A mesma obrigação deve ser prevista nos documentos pré-contratuais, nomeadamente programas de concurso ou cadernos de encar-

gos, por forma a ser abrangida pela declaração genérica de aceitação por parte dos concorrentes.

3. O reconhecimento e a aceitação da obrigação de segredo deve igualmente ser titulada por declaração escrita e assinada pelo concorrente, devidamente autenticada.

4. As propostas apresentadas em concursos não são aceites se não se mostrar salvaguardado o segredo estatístico por uma das formas previstas nos números anteriores.

Artº 6º

(Protecção da informação coberta pelo segredo)

1. Independentemente da aceitação das obrigações emergentes do segredo estatístico pelos concorrentes, não são adjudicados quaisquer trabalhos de recolha, de tratamento ou de recolha e tratamento de informação estatística sem que aquele se mostre salvaguardado, nomeadamente através da garantia de utilização dos adequados meios de segurança, física e lógica, a considerar obrigatoriamente como elemento integrante do critério da adjudicação.

2. Os cadernos de encargos mencionam obrigatoriamente os meios de segurança referidos no número anterior, definidos em função do caso concreto.

Artº 7º

(Regras processuais)

1. O presidente da comissão que superintenda o acto público de abertura das propostas pode fixar prazo que considere razoável, até ao limite de 5 dias úteis, para apresentação da declaração referida no nº 3 do artigo 5º, devendo advertir o concorrente de que a proposta será excluída em caso de falta ou entrega extemporânea da mesma.

2. A decisão de concessão do prazo, bem como a sua duração e consequências do não cumprimento da obrigação de entrega de declaração, é obrigatoriamente lavrada em acta.

3. O funcionário que proceder à abertura de propostas em procedimento não solene, pode igualmente submeter a decisão superior a concessão do prazo referido nos números anteriores.

4. Em qualquer dos casos, a concessão de prazo para apresentação da declaração não obsta aos ultteriores termos do processo de concurso que se susterá, contudo, no momento imediatamente anterior à fase de apreciação das propostas.

Artº 8º

(Nulidades e sanções)

1. São nulas e de nenhum efeito as cláusulas contratuais que importem, directa ou indirectamente, a derrogação de alguma obrigação emergente da necessidade de salvaguardar o segredo estatístico.

2. A violação, na vigência do contrato, do segredo estatístico por parte de entidade adjudicatária a ele sujeito em função de disposição contratual nos termos dos artigos anteriores, ainda que negligente, determina a sua imediata rescisão pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, sem direito a qualquer indemnização ou ao pagamento de qualquer quantia e sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou criminal que ao caso caiba.

Artº 9º

(Ultractividade do segredo)

Ao Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça compete garantir o respeito pelo segredo estatístico após conclusão do contrato, seja através de cláusula de reserva total da

propriedade, utilização ou divulgação da informação ou dos dados seja através da garantia da sua destruição ou outra medida que se revele idónea para o caso concreto.

Capítulo III

Do processo estatístico

Secção I

Recolha da informação

Artº 10º

(Confidencialidade e respeito pela vida privada)

A recolha de informação estatística realizada directamente pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça ou por entidade por si contratada, realiza-se com estrito respeito pela confidencialidade da informação e pelas pessoas inquiridas.

Artº 11º

(Carácter anónimo da informação e anonimização)

1. A recolha, directa ou indirecta, de informação estatística, por via postal, através de entrevista, em suporte papel ou com utilização de outro meio, nomeadamente microcomputador, realiza-se preferencialmente sem registo da identificação da pessoa inquirida ou da pessoa a quem respeitam os dados.
2. Nos casos em que circunstâncias ponderosas de ordem técnica imponham aquela identificação, a informação é, até ao início da fase de tratamento, anonimizada através da destruição dos dados de identificação, por forma a não permitir a reidentificação da pessoa a quem respeita.
3. O disposto no número anterior aplica-se a informações recolhidas que não identifiquem directamente a pessoa inquirida

Gepmi

Gabinete de Estudos e Planeamento
do Ministério da Justiça

- 7 -

ou a quem respeitam os dados mas que permitam indirectamente a sua identificação.

Artº 12º

(Uso de documentos)

1. Todos os documentos recebidos de entidades inquiridas e que não sejam instrumentos de notação, ofícios ou outros de serviço e que contenham informações nominativas são obrigatória e imediatamente destruídos ou devolvidos à procedência após utilização para o efeito que determinou o seu envio.

2. O cumprimento desta obrigação compete directamente aos chefes dos sectores de produção estatística.

Artº 13º

(Conservação e destruição de documentos)

A conservação e destruição de instrumentos de notação e de outros documentos não enquadráveis no artigo anterior regula-se por ordem de serviço, sob proposta do chefe da divisão das Estatísticas da Justiça e com observância das regras legais em vigor sobre a matéria.

Artº 14º

(Circulação de documentos)

1. Os circuitos internos de correio escrito garantem a confidencialidade da informação, nomeadamente através da extensão da obrigação de segredo aos funcionários que realizem as operações diárias de recepção, registo, abertura e distribuição.

2. A entrega de correio em mão realiza-se somente na pessoa do endereçado ou naquela que habitual e reconhecidamente efectue essa recepção. Em caso de dúvida sobre o destinatário, a corres-

pondência é entregue nos serviços gerais que promove o seu correcto encaminhamento.

3. O correio expedido do Gabinete de Estudos e Planeamento deve encontrar-se devidamente endereçado por forma a evitar o seu extravio e encerrado em envelope fechado. Exceptua-se, deste último caso, a expedição de instrumentos de notação, objecto de distribuição especial contratada com os CTT.

Artº 15º

(Disposição especial para inquéritos com recolha directa por entrevista)

Aos inquéritos realizados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, ou por terceiros por si contratados, com recolha directa por entrevista e independentemente do suporte, aplicam-se, com as devidas adaptações, as medidas de tutela do segredo estatístico previstas nos regulamentos em vigor para o Instituto Nacional de Estatística.

Secção II

Tratamento da informação

Artº 16º

(Segurança da informação)

Os meios de segurança física e lógica, das instalações e dos sistemas informáticos, incluindo os dados ou informações neles contidos, são definidos em ordem de serviço, no segundo caso, sob proposta do administrador do sistema.

Artº 17º

(Meios lógicos de segurança)

Os meios lógicos de segurança devem, entre outros, ser adequados a prevenir o acesso não autorizado, a alteração ou destruição

indevida de dados ou informações, bem como a garantir que a informação não permite identificar, directa ou indirectamente, por meio lícito ou ilícito, a pessoa a quem respeita.

Secção III

Divulgação da informação

Artº 18º

(Princípio geral)

1. Sem prejuízo das excepções legalmente previstas e da dispensa do segredo estatístico deliberada pelo Conselho Superior de Estatística, a divulgação de informação estatística deve processar-se com respeito pelas normas de direito interno e internacional em matéria de protecção de dados pessoais e de defesa da vida privada, nomeadamente o princípio da confidencialidade, não sendo permitida quando seja possível a identificação, directa ou indirecta, da pessoa a quem respeita.

2. A ocultação de dados confidenciais realiza-se pela aplicação dos métodos de supressão ou de agregação.

Artº 19º

(Pedidos de informação estatística)

1. A satisfação de pedidos de informação estatística rege-se por ordem de serviço.

2. Em caso algum poderá ser fornecida informação que, pela sua natureza, conteúdo, número ou relação com outros dados, já fornecidos, a fornecer ou do domínio público, permita a identificação da pessoa ou das pessoas a quem respeite.

3. O risco de identificação das pessoas a quem respeita a informação pode ser eliminado seja por supressão da informação, seja pela agregação a outras categorias mais gerais e desde que

não seja possível o seu destaque através do cruzamento de variáveis.

Artº 20º

(Reserva absoluta)

1. Em caso algum poderá ser fornecida informação:

a) Qualificada pela lei como dado sensível, nomeadamente sobre condenações em processos penais, se respeitar a situação concreta e singularizada.

b) Para fins diversos daqueles que motivaram a sua recolha, nomeadamente comerciais ou promocionais.

2. Com vista a aferir da licitude da utilização da informação, todos os pedidos de informação estatística devem especificar claramente o fim a que aquela se destina.

Artº 21º

(Libertação do segredo)

1. O fornecimento de informação abrangida pelo segredo estatístico depende de autorização expressa do Conselho Superior de Estatística, que poderá deliberar a sua libertação desde que os pedidos, devidamente fundamentados:

a) Respeitem a dados que individualmente se reportem a, pelo menos, três unidades estatísticas de tabulação;

b) Não se refiram a informações individualizadas sobre pessoas singulares;

c) Se refiram a cooperativas, empresas públicas e privadas, instituições de crédito e outros agentes económicos desde que

estejam em causa necessidades de planeamento e coordenação económica ou as relações económicas externas.

d) Expressem o compromisso das entidades requerentes da libertação do segredo estatístico de guardarem absoluto sigilo das informações fornecidas e de as utilizarem apenas para os fins mencionados.

e) Expressem a garantia de que os dados confidenciais só serão publicados se agregados a outros de uma forma que não permita qualquer identificação, directa ou indirecta, das unidades estatísticas.

2. Considera-se que estão em causa necessidades de planeamento e coordenação económica ou as relações económicas externas desde que o desempenho de tais funções decorra claramente da legislação reguladora da entidade que solicita a informação.

Artº 22º

(Instrução dos pedidos de libertação do segredo)

1. Os pedidos devem ser instruídos com os seguintes elementos:

a) Descrição das atribuições e competências da entidade que solicita a informação, acompanhada de fotocópia da legislação reguladora;

b) Especificação detalhada dos elementos solicitados e seus fundamentos;

c) Informação detalhada sobre as desagregações pretendidas;

d) Informação especificada sobre as utilizações que se pretendem dar aos dados, preferencialmente acompanhada dos suportes previstos para a sua divulgação.

Gepmi

Gabinete de Estudos e Planeamento
do Ministério da Justiça

- 12 -

2. O pedido deverá ainda ser instruído com informação da divisão de Estatísticas da Justiça onde se identifiquem fundamentalmente os elementos que sugiram segredo estatístico.